

Estratégias e desafios para a gestão pública do setor de saneamento básico no Brasil



Quem Somos

A **Assemae Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - Assemae** representa cerca de dois mil municípios brasileiros, responsáveis pelos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos, além de drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

A entidade defende a gestão pública de qualidade do setor e o protagonismo do ente municipal. Para nós, investir em saneamento básico reflete o compromisso do gestor público com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das cidades.

O que é Gestão Pública

O termo “gestão pública” pode ser conceituado como o processo administrativo para aplicação das políticas públicas, incluindo as etapas de planejamento, orçamentação, execução, controle e avaliação.

Tem como objetivo trabalhar a favor do interesse público e dos direitos dos cidadãos. “A gestão pública é focada em resultados e orientada para o cidadão”. **LIMA, Paulo Daniel Barreto. Excelência em Gestão Pública. Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.**

A administração pública pode ser direta ou indireta

A **administração pública direta** é a estrutura que representa a atuação direta do Estado por suas unidades federadas, como a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. É o conjunto de órgãos integrados na estrutura central de cada poder das pessoas políticas.

A **administração pública indireta** é composta de pessoas jurídicas, separadas, com personalidade jurídica própria. São chamadas de entidades administrativas, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações e os consórcios públicos.

Prestação de Serviços no Saneamento Básico

Autarquia – Serviço autônomo criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, para executar atividades da administração pública que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada.

Departamentos – Tipo de prestação direta centralizada, em que as atividades fins do serviço, gerenciais e executivas, são concentradas em um único órgão (secretaria, departamento, divisão, etc.), conforme a estrutura organizacional do Poder Executivo. A criação e estrutura funcional desses órgãos devem ser estabelecidas em lei e regulamentos de organização da administração municipal.

Prestação de Serviços no Saneamento Básico

Empresa Pública – Entidade empresarial, com personalidade jurídica de direito privado, e participação única do poder público no seu capital e direção, sendo, portanto, de propriedade do Estado.

Sociedade de Economia Mista – Entidade criada pela administração pública junto com pessoas ou entidades de direito privado, visando à exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria ao poder público.

Prestação de Serviços no Saneamento Básico

Consórcios Públicos – Associação pública, integrada exclusivamente por entes federados, podendo ser constituído como pessoa jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado, observando os requisitos previstos na legislação civil.

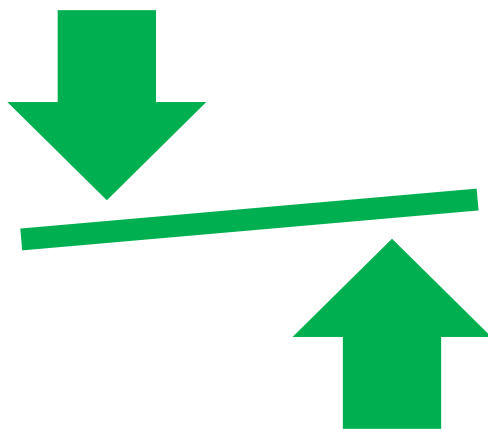
O consórcio público de direito público, constituído como autarquia intermunicipal, admite a atuação conjunta dos municípios para a organização e o exercício pleno das funções de planejamento, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico.

Investimentos previstos pelo Plansab

Custo para universalizar o saneamento (água, esgoto, resíduos e drenagem): **R\$ 508 bilhões, no período de 2014 a 2033.**

Custo para universalizar apenas a água e os esgotos: **R\$ 303 bilhões, em 20 anos.**

Investimento do Governo Federal em 2014: **R\$ 12,2 bilhões** no setor de saneamento básico.



Falta de investimentos contínuos é um grande entrave



Cenário Brasileiro



Em 2014, o total de investimento em saneamento básico correspondeu a apenas **8,4%** dos R\$ 130,1 bilhões investidos em infraestrutura.

Investimento em energia elétrica: **R\$ 37,4 bilhões**

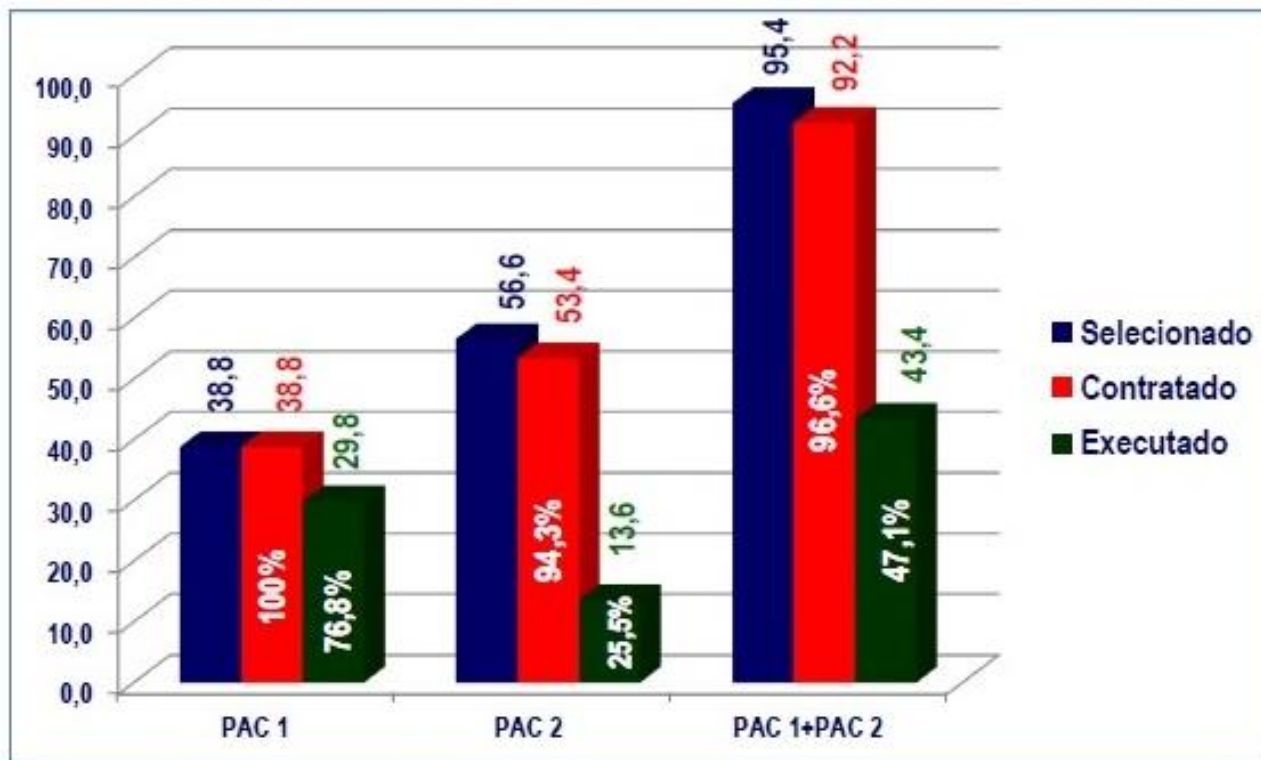
Investimento em telecomunicações: **R\$ 29,4 bilhões**

Investimento em transportes: **R\$ 52,3 bilhões**

O ritmo de **R\$ 12 bilhões** anuais em saneamento é insuficiente para universalizar os serviços até o ano de 2033.

PAC/Saneamento – MCidades e Funasa/MS

Valores selecionados, contratados e executados dos empreendimentos de saneamento inseridos no PAC. Valores em R\$ bilhões. Brasil, 31.12.2015



Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento/Ministério das Cidades

PAC/Saneamento – Investimentos Selecionados por Modalidade

Empreendimentos de saneamento selecionados, por modalidade, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), período 2007 a 2015. Brasil, 31.12.2015

Modalidade	Operações		Investimento	
	Quantidade	%	R\$ bilhões	%
Abastecimento de Água	803	27,6	22,9	26,4
Desenvolvimento Institucional	47	1,6	1,5	1,7
Esgotamento Sanitário	941	32,3	35,0	40,4
Estudos e Projetos	525	18,0	0,7	0,8
Manejo de Águas Pluviais	325	11,2	15,2	17,5
Resíduos Sólidos Urbanos	83	2,8	0,9	1,0
Saneamento Integrado	190	6,5	10,5	12,1
Total	2.914	100,0	86,7	100,0

Média de 9,6 bilhões selecionados por ano



O que fazer?

Gestão de tarifas é uma alternativa

Segundo o artigo 29 da Lei nº 11.445/07, “os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços.”

O processo de revisão tarifária precisa ser baseado em decisões técnicas, pois a cobrança desses valores é de extrema importância para manter os serviços municipais de saneamento básico, bem como garantir o investimento em obras e tecnologias.

A política tarifária deve estimular:

- ✓ A modernização e qualidade dos serviços;
- ✓ O aumento da produtividade;
- ✓ A expansão e desenvolvimento dos serviços públicos;
- ✓ A modicidade tarifária destinada à população atendida.



A Assemae desenvolveu um **banco de dados** nacional para auxiliar os municípios na **avaliação das tarifas de água e esgoto**. Ao final do projeto, os associados da Assemae poderão acessar pela internet as informações sobre tarifas de água e esgoto adotadas pelos municípios brasileiros.



O levantamento considera as categorias “Residencial”, “Pública”, “Comercial” e “Industrial”, além das faixas de consumo de 10, 20, 30, 40 e 50 m³/mês.

O que fazer?

Gestão da Qualidade é uma alternativa

Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ é uma ferramenta que proporciona:

- ✓ Controle e padronização dos processos;
- ✓ Medição da eficácia das ações tomadas;
- ✓ Foco no cidadão;
- ✓ Planejamento das ações.

**MELHORIA
CONTÍNUA
DOS
PROCESSOS**

Exemplos de cooperação em SGQ:

Parceria de Itapira com Campinas

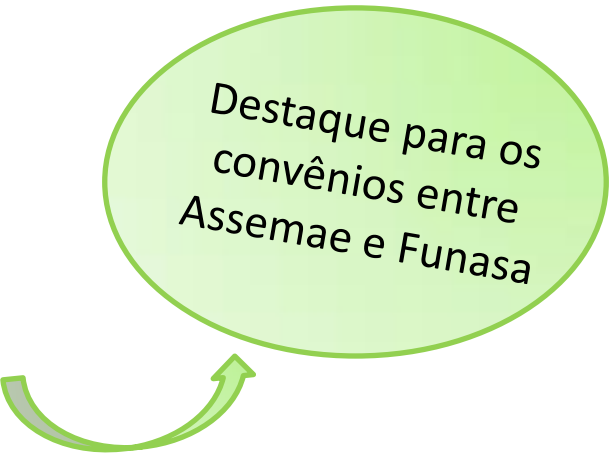
Parceria de Itabirito com Poços de Caldas



Para que o saneamento cumpra sua função é necessário considerar a qualidade das redes e dos serviços oferecidos à população.

A qualidade e a eficiência do saneamento podem ser alcançadas com:

- ✓ Capacitação de gestores e operadores;
- ✓ Investimentos permanentes;
- ✓ Regulação dos serviços de saneamento básico;
- ✓ Aumento de produtividade e redução de custos;
- ✓ Melhoria da capacidade financeira dos prestadores dos serviços.



Destaque para os convênios entre Assemae e Funasa


Estratégias e Desafios para a Gestão Pública

- ✓ **Planejamento** >> Necessidade de elaborar e implementar os Planos Municipais de Saneamento Básico;
- ✓ **Investimento** >> Destinação de pelo menos 25% da receita do serviço de saneamento para investimentos;
- ✓ **Melhoria Contínua da Gestão** >> Importância de implementar os programas de gestão da qualidade;
- ✓ **Regulação** >> Realizada por agência municipal, conselhos ou consórcios de regulação;
- ✓ **Gestão Associada** >> Consórcios públicos de prestação de serviços ou de apoio à gestão;
- ✓ **Controle Social** >> Participação democrática dos munícipes em todo o processo de construção da política de saneamento.

Benefícios da Gestão Pública



- ✓ Controle social e ampliação da cidadania;
- ✓ Prioridade de investimento em regiões carentes;
- ✓ Maior transparência dos recursos;
- ✓ Avaliação e monitoramento dos serviços;
- ✓ Autonomia do poder municipal;
- ✓ Prioridade ao interesse coletivo;
- ✓ Proximidade com a comunidade e demandas locais;
- ✓ Saneamento como direito humano e não uma mercadoria.



“Buscando a qualidade de vida nos municípios brasileiros, a Assemae faz o alerta de que o acesso à água para consumo é um direito inalienável de qualquer cidadão e, por esse motivo, não deve ser pensado como mercadoria.

Nossa entidade defende o empoderamento dos municípios na gestão do saneamento básico, por estarmos mais próximos da população e podermos identificar melhor as necessidades locais. Além disso, devemos considerar a face perversa da privatização, que ameaça o acesso das famílias mais pobres aos serviços de saneamento, pela ganância do lucro a qualquer preço.

A Assemae continuará atuando amplamente a favor da gestão pública do saneamento básico, a partir da transparência, regulação, controle social e sustentabilidade de seus associados, com a certeza de que podemos ser protagonistas na construção de um país ambientalmente saudável para todos.”

Trecho de carta enviada pela Assemae a todos os partidos que disputam as eleições municipais de 2016

Obrigado!

Aparecido Hojaij

Presidente Nacional da Assemae

(61) 3322-5911

presidencia@assemae.org.br

www.assemae.org.br



www.facebook.com/assemae



@Assemae